

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
**ASSOCIAÇÃO DE COMBATE AO CÂNCER DO BRASIL CENTRAL "HOSPITAL
DR. HÉLIO ANGOTTI"**
Uberaba – MG

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO DE COMBATE AO CÂNCER DO BRASIL CENTRAL "HOSPITAL DR. HÉLIO ANGOTTI"**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria com ressalva.

Base para opinião com ressalva

1. A Entidade não mantém controle físico e contábil que permite a validação adequada dos saldos registrados em estoque em 31 de dezembro de 2015. Portanto, não foi possível determinar se os ajustes dos saldos das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras.
2. A Entidade não possui controle individualizado físico e contábil do ativo imobilizado e iniciou a contabilização das despesas de depreciação a partir do exercício de 2015. Portanto, não foi possível determinar se os ajustes dos saldos das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras.
3. Não foi possível validarmos em sua totalidade o saldo dos valores registrados nas rubricas "contas a receber, adiantamentos a fornecedores, fornecedores, fornecedores renegociação, obrigações sociais e fiscais, financiamentos, parcelamento de tributos e outros passivos circulantes" em 31 de dezembro de 2015. Portanto, não foi possível determinar se os ajustes dos saldos das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

FRESLEY JOSÉ GODOY
CRC 150.085.952/O-5

4. A Entidade possui em andamento diversos processos contingências de natureza fiscais, trabalhistas, cíveis e outras. No entanto, a Administração da Entidade não obteve a posição dos consultores jurídicos sobre a situação dos processos que compõe o saldo contábil e, também da totalidade dos processos que a Entidade está sendo questionada administrativa e judicialmente, conforme determina a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Dessa forma, os valores registrados na rubrica provisão para contingências poderão não representar a sua exatidão, dessa forma não foi possível determinar se os ajustes dos saldos das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras.
5. Em 31 de dezembro de 2015 a Entidade contabilizou como “ajuste de exercícios anteriores” valores decorrentes doações de “terreno”, no entanto a à transferência ainda não totalmente legalizado através de escritura em nome da Entidade.
6. Em 31 de dezembro de 2015 a Entidade procedeu contabilizações decorrentes de ajustes de exercícios anteriores, no entanto os saldos não estão divulgados nas demonstrações contábeis para efeito de comparabilidade.
7. A Entidade não está atendendo na sua totalidade o disposto na ITG 2002, portanto não foi possível determinarmos se os ajustes dos saldos das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras.
8. As notas explicativas que são partes integrantes das demonstrações financeiras ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não estão sendo adequadamente divulgadas, principalmente no tocante a informações qualitativas e quantitativas. A ausência destas informações não permite um adequado entendimento sobre o conteúdo das demonstrações financeiras.

Opinião com ressalva

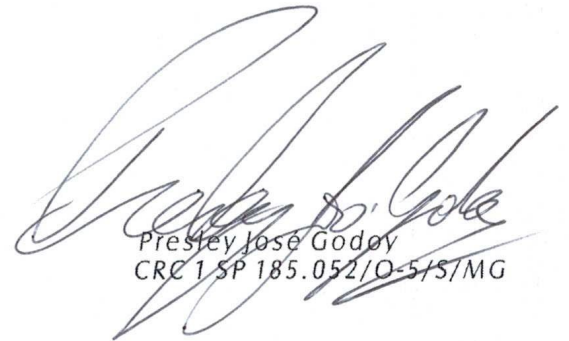
Em nossa opinião, exceto pelos tópicos mencionados nos parágrafos acima, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO DE COMBATE AO CÂNCER DO BRASIL CENTRAL "HOSPITAL DR. HÉLIO ANGOTTI"** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

FRESLEY JOSÉ GODOY
CRC 13P 85.052/0-5

Ênfase

No período findo de 31 de dezembro de 2015, a entidade incorreu déficit de R\$ 3.999.971. Esse resultado é relativamente elevado. O desempenho foi impactado principalmente pela diminuição significativa das contribuições face à situação de atividade econômica restritiva que o Brasil se submeteu no período de 2015. Para o período subsequente (ano de 2016), a entidade deverá adequar seus custos e despesas à sua capacidade de auferir receitas, a fim de evitar novos déficits e dificuldades financeiras.

São Paulo, 31 de março de 2016.



Presley José Godoy
CRC 1 SP 185.052/O-5/S/MG

ASSOCIAÇÃO DE COMBATE AO CÂNCER DO BRASIL CENTRAL "HOSPITAL DR. HÉLIO ANGOTTI"

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
Em Reais

ATIVO	Nota	2015	2014
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes – sem restrição	03	269.236	534.425
Caixa e equivalentes – com restrição		54.297	165.503
Aplicações financeiras – sem restrição		1.487.512	1.306.109
Aplicações financeiras – com restrição	04	17.769.568	10.200.341
Contas a Receber	05	7.223.582	8.408.136
Estoques		1.608.911	1.850.523
Adiantamentos a Fornecedores		93.053	470.533
Impostos a recuperar		20.437	171.667
Outros ativos circulantes		504.483	871.614
Total ativo circulante		<u>29.031.079</u>	<u>23.978.851</u>
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais		72.507	91.066
Investimento		6.916	6.916
Imobilizado líquido		56.900.876	25.541.782
Total ativo não circulante		<u>56.980.299</u>	<u>25.639.764</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>86.011.378</u>	<u>49.618.615</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE COMBATE AO CÂNCER DO BRASIL CENTRAL "HOSPITAL DR. HÉLIO ANGOTTI"

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
Em Reais

PASSIVO	Nota	2015	2014
CIRCULANTE			
Fornecedores		8.962.731	6.538.895
Fornecedores com renegociação	06	1.243.436	727.755
Obrigações sociais e fiscais	07	5.925.241	3.240.090
Empréstimos e financiamentos	08	7.716.580	5.899.330
Provisão de férias e encargos		1.755.594	1.414.064
Contingências a pagar	11	20.000	20.000
Honorários médicos a pagar		3.400.957	1.628.817
Cessão de crédito		58.500	786.680
Parcelamentos de tributos	16	34.365	56.539
Projetos a executar	14	19.840.666	10.549.854
Outros passivos circulantes		344.424	231.949
Total passivo circulante		49.302.494	31.093.973
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	08	15.863.770	21.255.476
Fornecedores com renegociação	06	5.201.367	5.973.086
Parcelamentos de tributos	16	1.361.726	1.390.285
Moratória	15	8.401.065	8.401.065
Total passivo não circulante		30.827.928	37.019.912
PATRIMÔNIO LÍQUIDO/PASSIVO A DESCOBERTO			
Patrimônio líquido/passivo a descoberto		5.880.956	(18.495.270)
Total do patrimônio líquido/passivo a descoberto		5.880.956	(18.495.270)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		86.011.378	49.618.615

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE COMBATE AO CÂNCER DO BRASIL CENTRAL "HOSPITAL DR. HÉLIO ANGOTTI"

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
Em Reais**

	Nota	2015	2014
RECEITAS			
Convênio – SUS		17.520.032	16.898.418
Demais convênios		5.968.684	7.414.595
Incentivo financeiro – MS		5.466.212	5.663.592
Receita de particulares		826.262	1.017.349
(-) glosas		(440)	(60)
Total das receitas		29.780.750	30.993.894
DESPESAS			
Salários e encargos		(17.104.380)	(16.215.078)
Administrativas e gerais		(4.177.875)	(4.296.314)
Terceiros		(9.808.071)	(11.563.961)
Medicamentos e materiais		(8.616.420)	(10.920.505)
Depreciação		(1.160.341)	(1.111.938)
Tributárias		(94.800)	(117.894)
Total das despesas		(40.961.887)	(44.225.690)
Déficit operacional		(11.181.137)	(13.231.796)
OUTRAS RECEITAS(DESPESAS) OPERACIONAIS			
Subvenções e convênios públicos – custeio		1.479.941	2.405.199
Receita PROHOSP		1.419.289	1.386.720
Receita trabalho voluntário	12	420.500	436.500
Despesa trabalho voluntário	12	(420.500)	(436.500)
Doações – custeio		7.754.805	8.962.656
Outras receitas/(despesas)		632.900	366.998
Total de outras receitas(despesas) operacionais		11.286.935	13.121.573
RESULTADOS FINANCEIROS			
Receita financeira		978.302	478.819
Despesa Financeira		(5.084.071)	(4.400.478)
Total do resultado financeiro		(4.105.769)	(3.921.659)
Superávit/(Déficit) do exercício		(3.999.971)	(4.031.882)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE COMBATE AO CÂNCER DO BRASIL CENTRAL "HOSPITAL DR. HÉLIO ANGOTTI"

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PASSIVO A DESCOBERTO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
Em Reais**

	<u>Fundo Social</u>	<u>Superávit (déficit) Acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	1.553.326	(17.736.191)	(16.182.865)
Ajuste de exercícios anteriores	-	1.719.477	1.719.477
Déficit do exercício	-	(4.031.882)	(4.031.882)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.553.326	(20.048.596)	(18.495.270)
Ajuste de exercícios anteriores (nota explicativa nº 13)	-	28.376.197	28.376.197
Déficit do exercício	-	(3.999.971)	(3.999.971)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1.553.326	4.327.630	5.880.956

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FRESLEY JOSÉ GODOY
CRC 138/185.052/0-5

ASSOCIAÇÃO DE COMBATE AO CÂNCER DO BRASIL CENTRAL "HOSPITAL DR. HÉLIO ANGOTTI"

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
Em Reais**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação de Combate ao Câncer do Brasil Central é uma entidade filantrópica de assistência social, fundada em 02.12.1951, de constituição civil, com sede na rua Governador Valadares nº 640 em Uberaba - MG, tendo por finalidade: (a) a difusão principalmente de conhecimentos gerais sobre o câncer, seu estudo e debates sobre os problemas da cancerologia e os assuntos correlatos; (b) o combate ao câncer; (c) a vulgarização de sua profilaxia ; (d) a promoção de seu diagnóstico precoce; (e) o tratamento e hospitalização dos pré-cancerosos e cancerosos; e (f) empenhar-se em campanhas educativas. Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com o estatuto social, demonstrado pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade que levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 específica para Entidades sem Finalidades de Lucros para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração de receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumento financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Os valores do contas a receber são contabilizados considerando o regime de competência de suas operações.

Estoques

O método de avaliação de estoques é o da média ponderável móvel e, em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Entidade (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo, etc.).

Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2015.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Contas a pagar aos fornecedores:

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem simultaneamente uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

g) Gratuitades em Saúde

Estão demonstradas conforme legislação vigente lei n.º 12.101/09 e alterações e decreto n.º 8.242/14.

h) Doações e subvenções específicas

As doações para projetos específicos são registradas no passivo circulante e revertidas integralmente em projetos de pesquisas e ações sociais da Entidade, quando então são registradas ao resultado para custeio das despesas ou para aquisições de ativos imobilizados. As doações não específicas, destinadas ao custeio normal das operações, são registradas diretamente no resultado como receita de doações.

l) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA – SEM RESTRIÇÃO

	2015	2014
Caixa	40.574	25.146
Bancos conta movimento	228.662	509.279
Total	269.236	534.425

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO

	2015	2014
Banco do Brasil S.A	17.355.191	9.305.121
Caixa Econômica Federal	414.377	895.220
Total	17.769.568	10.200.341

5. CONTAS A RECEBER

	2015	2014
Convênios – SUS	6.168.545	6.681.958
Convênios particulares	66.085	270.686
Convênio – PROHOSP	-	1.386.720
Emendas Parlamentares	950.000	-
Outros	38.952	68.772
Total	7.223.582	8.408.136

6. FORNECEDORES COM RENEGOCIAÇÃO

	2015	2014
Passivo circulante	1.243.436	727.755
Passivo não circulante	5.201.367	5.973.086
Total	6.444.803	6.700.841

Os valores mencionados acima são referentes principalmente as negociações com os Fornecedores Cia de Energias Elétrica de Minas Gerais (Cemig), Bio Surg Comercial Ltda e Cirúrgica Mafra Ltda.

7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2015	2014
Salários a pagar	672.678	772.748
Rescisão Contratual a pagar	445.041	-
INSS a recolher	1.081.088	187.652
FGTS a recolher	2.770.217	1.918.453
INSS Retido Pessoa Jurídica	235.644	111.202
IRRF sobre folha de pagamento	455.073	109.909
Outros	265.500	140.126
Total	5.925.241	3.240.090

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Tipo	Venc.	Taxa juros	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	2015	2014
						Total	Total
Caixa Econômica Federal	Financiamento	10/08/21	1,60%	7.472.311	14.038.856	21.511.167	24.565.259
Banco do Brasil	Conta Garantida	20/01/14	2,662%am	-	-	-	490.120
Banco do Brasil	Capital de Giro	20/01/14	-	-	-	-	479.516
Banco do Brasil	Financiamento	26/01/21	26,53%aa	-	1.519.797	1.519.797	-
Bco Unicred	Empréstimo	02/09/20	12,95%aa	-	1.777.261	1.777.261	-
Bco Unicred Contr. 823170	Empréstimo	20/06/17	1,20%am	-	-	-	153.080
Bco Unicred Contr. 799311	Empréstimo	23/04/14	1,20%am	-	-	-	-
Bco Unicred Contr. 960712	Empréstimo	12/12/14	3,07%am	-	-	-	498.366
Bco Unicred Contr. 960963	Ch Custódia	17/12/14	31,92%aa	-	-	-	1.500
Bco Unicred Contr. 966202	Financiamento	01/12/15	0,61%am	-	-	-	722.696
Outros				244.269	-	244.269	244.269
Juros a Transcorrer				-	(1.472.144)	(1.472.144)	-
Total				7.716.580	15.863.770	23.580.350	27.154.806

9. ATENDIMENTOS AO SUS – PORTARIA n.º 1.970

Em atendimento a legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e alterações decreto n.º 8.242/14 a Entidade apurou percentual de atendimento SUS nos exercícios de 2015 e de 2014 da seguinte forma:

Percentual de Atendimento 2015

Pacientes Dia	Quant.	%
Número de Pacientes dia SUS + Filantropia	15.632	79,53%
Número de Pacientes dia não SUS	4.024	20,47%
Total Pacientes Dia	19.656	100,00%

Atendimentos Ambulatoriais	Quant.	%
SUS + Filantropia	166.507	84,92%
Não SUS	29.568	15,08%
Total de Atendimentos Ambulatoriais	196.075	100,00%

Atendimentos SUS	Quant.	%
Número de Pacientes dia SUS + Filantropia	15.632	79,50%
Atendimento Ambulatoriais SUS + Filantropia	166.507	10%
Atenção Oncológica	01	1,5%
Total de Atendimentos Ambulatoriais	182.140	91,00%

10. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2015 e de 2014, correspondem aos montantes de R\$ 5.414.546 e de R\$ 4.830.769, respectivamente.

11. CONTINGÊNCIAS A PAGAR

A Entidade possui processos fiscais, trabalhistas e cíveis, em andamento e fase de defesa que envolve responsabilidades contingenciais. A Administração da Entidade, baseada na opinião de seus consultores jurídicos constituiu provisão para contingências em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 20.000.

12. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante o exercício de 2015 a Entidade apurou custo no montante de R\$ 420.500 decorrentes de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

13. AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes são decorrentes da correção de valores e lançamentos incorretos efetuados em anos anteriores.

CONTAS	DEBITOS	CREDITOS
Ajuste na conta de adiantamento de fornecedores	(338.835)	-
Ajuste na conta de fornecedores antigos	(82.916)	1.202.488
Reconhecimento doação de Terreno em 2013	-	30.000.000
Provisões honorários médicos	(334.909)	14.123
Adiantamento de salários	(190.851)	-
Estoque	(650.000)	-
Ajuste de convênios	(899.947)	97
Cheques	(343.052)	-
Total	(2.840.510)	31.216.708
Total líquido		28.376.198

14. PROJETOS A EXECUTAR

Os valores contabilizados nessa rubrica são decorrentes de verba restritiva destinada a investimentos e custeio.

15. MORATÓRIA

Os valores contabilizados nessa rubrica são decorrentes da isenção de 15 anos das dívidas tributárias e previdenciárias (incluindo impostos a recolher e parcelamentos de tributos) de acordo com a Lei nº 12.873, publicada em 25/10/2013, tendo como data base 28/02/2014, mas fica ciente de que os impostos e tributos provisionados após a data base devem ser quitados no prazo.

16. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

Os parcelamentos de tributos de curto e longo prazo são decorrentes de débitos federais junto a Receita Federal do Brasil após a Moratória, sendo os valores parcelados em 60 parcelas com correção mensal.

	2015	2014
<u>Passivo Circulante</u>		
FGTS	34.365	39.573
INSS	-	17.406
Outros	-	8.858
Encargos a Transcorrer	-	(9.298)
Sub Total	<u>34.365</u>	<u>56.539</u>
<u>Passivo Não Circulante</u>		
FGTS	558.979	558.979
INSS	374.230	478.667
Outros	604.293	644.867
Encargos a Transcorrer	(175.776)	(292.228)
Sub Total	<u>1.361.726</u>	<u>1.390.285</u>
TOTAL	<u>1.396.091</u>	<u>1.446.824</u>

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade não mantém cobertura de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.